

Economia.

**Estado tem
geração tímida
de empregos**

Pág. 35

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

META FISCAL

MANOBRA DA UNIÃO TIRA

R\$ 173 MILHÕES DO ESTADO

É o dinheiro que deveria entrar este ano, mas que só virá em 2015

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Com dificuldades para fechar suas contas em 2014, o governo federal manda parte da conta para Estados e municípios. A União tem postergado repasses de recursos da Lei Kandir, do salário-educação e de royalties de um mês para o outro na tentativa de melhorar o desempenho fiscal. Documento elaborado em conjunto pelas secretarias de Fazenda, Planejamento e Administração dos estados, revela que, mantida a toada, R\$ 2,026 bilhões serão jogados de 2014 para 2015.

Pelas contas da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, R\$ 173 milhões que deveriam entrar nos cofres do Tesouro Estadual este ano deverão ficar para 2015. Os royalties oriundos da exploração de petróleo e gás, recolhidos pela União e repassados aos estados, respondem por grande parte disso: algo próximo a R\$ 73 milhões. Parte desse dinheiro, 25%, vai para o município via Fundo para a Redução das Desigualdades.

“O atraso começou no final de 2013. O dinheiro sempre caiu no mês correto,



ARQUIVO
Royalties de R\$ 73 milhões vindos da exploração de petróleo e gás ficarão para 2015

nos últimos meses de 2013, entretanto, começou a atrasar, e os recursos nunca mais ficaram em dia”, relata o gerente de Contabilidade Geral do Estado, Bruno Dias.

Mas os problemas com o dinheiro que vem do governo federal não param por aí. O salário-educação, R\$ 5,3 milhões, que deveria ter pingado na conta do governo estadual em 31 de outubro,

só foi creditado no início de novembro, tal como vem ocorrendo desde fevereiro. Os valores referentes à desoneração das exportações (Lei Kandir), R\$ 5,1 milhões, esperados para outubro, só entraram no caixa estadual em 3 de novembro.

Para finalizar, o governo do Estado já não conta para este ano com o Fundo de Apoio às Exportações (FEX),

algo perto de R\$ 90 milhões. Os recursos historicamente entram em dezembro, ano passado, pela primeira vez, o montante não veio.

Em junho, a Sefaz encaminhou ofício ao Tesouro Nacional informando os atrasos de um mês para o outro e pedindo explicações. Até ontem a resposta não havia chegado.

O gerente não acredita

que o Estado se verá em situação legal complicada – com os atrasos, cai a receita corrente líquida, principal balizador da Lei de Responsabilidade Fiscal –, mas diz que os indicadores fiscais saem prejudicados. “Temos folga, mas poderíamos apresentar um resultado melhor. São 12 meses de royalties, mas só entram 11. O que vai entrar em janeiro de 2015 não posso colocar como de 2014, apesar de ser”.

Esse é o pulo do gato da contabilidade criativa. Enquanto o resultado fiscal de governos estaduais e prefeituras acaba prejudicado, o da União, inflado por recursos que já eram para estar nos cofres dos estados e municípios, acaba beneficiado.

O assunto foi discutido ontem em reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estados da Administração, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento e coordenação dos secretários de Fazenda no Conselho Nacional de Política Fazendária. A ideia do evento foi buscar soluções para fechamento do exercício de 2014.

Procurado, o Tesouro Nacional negou os atrasos.

Governo recebeu alerta

“O Planalto foi avisado que a manobra vitoriosa para atropelar os prazos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) reduz, mas não acaba, com as dificuldades políticas para a aprovação do projeto que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e libera o governo de cumprir a meta de superávit primário este ano.

Para aliados do governo, os maiores entraves ocorrerão na votação do projeto no Plenário do Congresso, onde o prazo limite é 22 de dezembro, quando o Legislativo entra em recesso constitucional. A crise política gerada pela nova fase da Operação Lava Jato deixou os partidos da base em alerta. A estratégia dos partidos de oposição e de possíveis insatisfeitos na base aliada será dificultar a votação dos 38 vetos que trancam a pauta do Congresso. E a pauta precisa ser liberada para que a LDO seja votada.

PAGO QUANDO PUDER

▼ **R\$ 2 bi atrasados**
Documento elaborado pelas secretarias de Fazenda, Planejamento e Administração dos estados revela que até o final do ano, R\$ 2,026 bilhões em recursos que a União repassa para os estados serão jogados

de 2014 para 2015. Só o Espírito Santo deve ter cerca de R\$ 173 milhões empurrados para o ano que vem.

▼ **Prejudicados**
Só de royalties, o Rio de Janeiro tem um saldo

pendente de R\$ 272 milhões. O do Espírito Santo, fica em R\$ 73 milhões.

▼ **Fazendo falta**
Os governos regionais vêm sendo prejudicados pela perda de receitas

decorrente da política de desonerações adotada pelo governo federal. A maior parte dos incentivos ao crescimento dados pelo Ministério da Fazenda nos últimos anos envolveu tributos como

o IPI, o Imposto de Renda e a Cide, que são partilhados com estados e municípios por meio do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

▼ **Imagem**
Os governos estaduais destacam que as perdas do FPE e a postergação dos repasses afetaram os indicadores de solvência estaduais e prejudicaram a imagem desses entes.